



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Eduardo girão

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional e do Regimento Interno do Senado Federal, que na sessão do Congresso Nacional convocada para o dia 13/03/2025, seja registrado o meu voto contrário ao PRN 01/2025 que " Altera disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN, para adequar o rito de apresentação e indicação de emendas". parlamentares.

Requeiro ainda que este voto seja declarado pelo senhor Presidente da Sessão quando da proclamação do resultado da votação.

JUSTIFICAÇÃO

Voto contra o PRN 01/2025 porque ele não resolve os graves problemas das emendas parlamentares ao orçamento, mantém privilégios e centraliza ainda mais o poder sobre a destinação dos recursos públicos. Essa proposta não apenas perpetua um sistema falho, como também vai na contramão do que defendemos: um orçamento público planejado, eficiente e sem interferência política.

Sempre defendemos que o orçamento seja tratado com planejamento estratégico e critérios técnicos, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma eficiente para atender as necessidades reais da população. No entanto,

as emendas parlamentares comprometem a execução de políticas públicas estruturantes, fragmentam os recursos e criam distorções nas prioridades nacionais. Em vez de garantir uma distribuição justa e equilibrada, o PRN 01/2025 mantém o modelo onde poucos decidem o destino de bilhões de reais, sem participação igualitária de todos os parlamentares e sem transparência suficiente.

Além disso, o texto permite que os presidentes das comissões tenham poder excessivo sobre a alocação dos recursos, já que o artigo 45-A, §3º, autoriza alterações unilaterais nas emendas sem precisar da aprovação dos demais membros da comissão. Isso cria um risco real de decisões políticas sem controle coletivo, favorecendo interesses específicos e fortalecendo alianças dentro do Congresso em detrimento do interesse público.

Outro ponto crítico é que as emendas de comissão continuam sendo indicadas exclusivamente pelos líderes, sem garantir um processo democrático e técnico na definição dos recursos, o que perpetua um modelo opaco e passível de distorções políticas. Além disso, a possibilidade de mudanças unilaterais nas indicações das emendas favorece a centralização do poder orçamentário, permitindo que poucos decidam sem transparência real sobre os critérios utilizados.

Nossa posição sobre as emendas parlamentares sempre foi clara: somos contra esse modelo, pois ele desvirtua o orçamento público, facilita distorções na destinação de recursos e cria privilégios que comprometem a eficiência da gestão pública. O orçamento deve ser planejado e distribuído de forma justa, sem interferências políticas e sem manobras que concentrem o poder orçamentário nas mãos de poucos.

Diante disso, voto contra o PRN 01/2025, pois ele não soluciona as falhas das emendas parlamentares, mantém privilégios e perpetua um modelo injusto e ineficiente de alocação de recursos. Seguimos defendendo um orçamento democrático, transparente e voltado para o bem comum, e não para negociações políticas.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)